

VARÕES DE PLUTARCO: a maçonaria na implantação da educação pública em Ipiranga – PR

*Luciana Nair Moretto
Vera Lucia Martiniak*

Resumo

O presente artigo tem como objeto de estudo a atuação da maçonaria na implantação do grupo escolar Dr. Claudino dos Santos, em 1914, considerado a primeira escola pública do Estado em Ipiranga (PR) e que, após mais de cem anos, continua sendo a única escola pública estadual na sede deste município. A pesquisa tem um caráter documental e bibliográfico, e seu recorte temporal situa-se no início do século XX, entre 1901 e 1914, período compreendido entre a criação da loja maçônica Clemência e Perseverança e a inauguração do referido grupo escolar em Ipiranga (PR). Ao investigar a gênese desta instituição centenária, identificou-se como os princípios liberais - liberdade, igualdade e laicidade - e os ideais positivistas foram inseridos na educação pública local. Isso ocorreu por intermédio da representação política da região à época, que estava intimamente ligada ao grupo maçônico. O estudo justifica-se pelo esforço de preservação da memória escolar da cidade, contribuindo diretamente para a produção do conhecimento na área da História da Educação.

Palavras-chave: maçonaria; grupo escolar; varões de Plutarco.

PLUTARCH'S MEN: the participation of freemasonry in the implementation of public education in Ipiriang - PR

Abstract

This article studies the role of Freemasonry in the establishment of the Dr. Claudino dos Santos school group in 1914, considered the first public school in the state of Paraná, located in Ipiranga (PR), and which, after more than a hundred years, remains the only state public school in the municipality. The research is documentary and bibliographic in nature, and its temporal scope is situated at the beginning of the 20th century, between 1901 and 1914, a period encompassing the creation of the Masonic lodge Clemência e Perseverança and the inauguration of the aforementioned school group in Ipiranga (PR). By investigating the genesis of this centennial institution, it was identified how liberal principles – liberty, equality, and secularism – and positivist ideals were incorporated into local public education. This occurred through the political representation of the region at the time, which was intimately linked to the Masonic group. The study is justified by the effort to preserve the school memory of the city, contributing directly to the production of knowledge in the field of History of Education.

Keywords: freemasonry; school group; Plutarch's men.

LOS HOMBRES DE PLUTARCO: la participación de la masonería en la implementación de la educación pública en Ipiranga - PR

Resumen

Este artículo estudia el papel de la masonería en la creación del grupo escolar Dr. Claudino dos Santos en 1914, considerado el primer colegio público del estado de Paraná, ubicado en Ipiranga (PR), y que, más de cien años después, sigue siendo el único colegio público estatal del municipio. La investigación es documental y bibliográfica, y su ámbito temporal se sitúa a principios del siglo XX, entre 1901 y 1914, periodo que abarca la creación de la logia masónica Clemência e Perseverança y la inauguración del mencionado grupo escolar en Ipiranga (PR). Al investigar la génesis de esta institución centenaria, se identificó cómo los principios liberales —libertad, igualdad y laicismo— y los ideales positivistas se incorporaron a la educación pública local. Esto se produjo a través de la representación política de la región en aquel entonces, íntimamente ligada al grupo masónico. El estudio se justifica por el esfuerzo de preservar la memoria escolar de la ciudad, contribuyendo directamente a la producción de conocimiento en el campo de la Historia de la Educación.

Palabras clave: masonería; grupo escolar; hombres de Plutarco.

INTRODUÇÃO

*A alma mais forte e mais bem constituída é aquela que os
sucessos não orgulham e que não se abate com os reveses.
Plutarco (46-126 d.C.), em Vidas Paralelas.*

A atuação de maçons e da maçonaria no contexto educacional brasileiro ainda é uma temática pouco estudada no âmbito das pesquisas científicas do campo da História da Educação. Neste artigo, destacam-se os encaminhamentos preliminares sobre o estudo de sua participação no processo de modernização educacional, que se consolidou entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX. É sobre esse período, no qual ocorrem a implantação e consolidação do regime republicano no Brasil, que se pretende desenvolver reflexões e análises.

O posicionamento da maçonaria em relação à instrução/educação elementar pública, laica e gratuita, destinada às classes menos abastadas, e à qualificação e profissionalização do professor público é apresentado no primeiro número do *Boletim do Grande Oriente do Brasil*:

Não exigirá a civilização moderna, com os mesmos direitos que tinha a antiguidade para os membros privilegiados da sociedade, uma educação nacional e livre, que não pode ser dada, senão gratuita? O privilégio nos campos da inteligência parece ser o maior obstáculo que se oppõe ao desenvolvimento dos destinos da sociedade e uma causa poderosa da ignorância dos espíritos o da inferioridade moral das classes menos abastadas. A necessidade de conhecer-se a fonte, onde foi bebida a instrução e os meios empregados para obtê-lo, a chancelaria de um estabelecimento publico ou approved pela administração, como um privilégio para a admissão nas universidades ou academias, a negligência dos juizes sobre as habilitações dos professores públicos, cuja unica direcção deve ser confiado o ensino, a imposição da aquisição dos conhecimentos accessórios em diversos ramos de estudo, todas estas distincções devem desaparecer para que a instrução torne-se possível e fácil. A propagação da instrução pelo povo é uma idéia que a Inst.^a Mac.^a, que abraça a causa da humanidade, deve sempre sustentar e executar, com o intuito de auxiliar a

administração da sociedade na realização de medidas, de que depende o seu progresso (Boletim do Grande Oriente do Brasil, 1871, p. 11).

Diante do exposto, o presente artigo busca desvelar a participação da maçonaria na educação brasileira, assunto pouco pesquisado e explorado nas investigações científicas relativas à História da Educação. Entretanto, sua influência foi significativa na construção do ideário republicano brasileiro e de seu projeto de educação no início do século XX, principalmente na recém-criada “Vila de Ypiranga”, atualmente município de Ipiranga, localizado no interior centro-sul do Estado do Paraná.

Ipiranga é um pequeno município, criado em 1894, e faz parte da região dos Campos Gerais paranaenses. Na época de sua criação, a atividade econômica que preponderava na região era o tropeirismo. Embora Ipiranga não possuísse terras propícias à pastagem, foi um município de passagem dessas tropas e de grande importância para o ciclo econômico que sucedeu a decadência do tropeirismo: o ciclo da erva-mate. O chamado “ouro verde” atraiu vários coronéis, barões, empresários ambiciosos e, mais tarde, trabalhadores imigrantes para a extração dessas matas nativas, abundantes no município.

A extração da erva-mate trouxe a Ipiranga uma nova organização política e social, além da nova ordem econômica, dando força ao capitalismo e abrindo-se ao progresso civilizatório nessa pequena cidade: estradas, linha férrea, luz elétrica, cinema, teatro e escola. Esta última teve uma forte influência do pensamento positivista¹ e sua ideia de progresso, por meio de um jovem grupo que liderou a sociedade ipiranguense em todos os seus setores.

Então, a problemática se instaura: que grupo era esse, tão influente numa pequena cidade ainda bem rudimentar e conservadora? Qual era sua base ideológica e quais seus interesses? Sabe-se que tal grupo não foi criado por base católica, pois a igreja local não tinha sequer um padre fixo ou qualquer liderança da religião na comunidade. Também não foi constituído por grupo de imigrantes que difundisse sua cultura, como era costumeiro, nesse período, na implantação de escolas primárias, no interior do Brasil.

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa e de cunho histórico-documental. O corpus analítico é constituído por fontes primárias — a exemplo da Ata de Criação do grupo maçônico local, registros autobiográficos e periódicos da época —, tendo como aporte teórico o materialismo histórico-dialético. A partir dessa perspectiva, os documentos históricos não são tomados como artefatos neutros, mas como expressões das contradições estruturais e dos arranjos de classe de seu tempo. Desse modo, a apropriação do referencial marxiano permite transcender a aparência fenomênica das fontes, compreendendo como o grupo maçônico de Ipiranga articulou a implantação do ensino público primário não como uma concessão benemérita, mas como um aparelho forjado para atender às necessidades materiais e ideológicas de reprodução do capital no início do século XX.

Para responder a tais questões, é importante retomar a história de criação de Ipiranga: o português fundador de Ipiranga, Joaquim Teixeira Duarte, possuía uma loja de 1ª classe², localizada onde atualmente se situa o estacionamento coberto do Supermercado Blum, e seu galpão de

¹ “O positivismo exalta a ciência e a técnica, a ordem burguesa da sociedade e seus mitos [...], nutre-se de mentalidade laica e valoriza os saberes experimentais: é a ideologia de uma classe produtiva na época do seu triunfo, que sanciona seu domínio e fortalece sua visão do mundo” (Cambi, 1999, p. 466).

² A Loja de 1ª Classe, ou a Casa Grande em Ipiranga, vendia uma grande variedade de produtos alimentícios a granel, para os municípios circunvizinhos, para fazendeiros, para agricultores e adiantava mercadorias, como uma Bolsa de Futuro, aos criadores de porcos, como garantia de “um fio de bigode”. A casa da Loja, comprida, baixa e larga, corria à direita da rua que abeirava a clareira, tendo aproximadamente, 50m x 30m, com uma área útil de 1.500 m².

depósito do outro lado da rua, onde hoje está o novo prédio do Colégio Estadual Dr. Claudino dos Santos.

Figura 1: Vista lateral de baixo para cima: depósito e a Grande Loja na esquina, com pessoas à frente. Rua João Ribeiro da Fonseca, no cruzamento com a Rua Teixeira Duarte. Acima, vista lateral do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos e do Teatro Dolores, ano de 1919.



Fonte: Acervo particular: Ubiratan Cenovicz Taques, 1919.

Já idoso e sem herdeiros homens, Joaquim Teixeira Duarte passou sua venda de primeira classe para o sírio Nicolau Farah que teve como gerente um jovem auspicioso empreendedor: Hildebrando de Araújo.

Em 1901, nessa loja de primeira classe, na pequena cidade de Ipiranga, um grupo que liderava a sociedade ipiranguense política, econômica e culturalmente fundou a Loja Maçônica Clemência e Perseverança, também chamada por seus partícipes de “O Cenáculo”.

No cenáculo da loja nasceu a maçonaria. Discutiam temas anticlericais e analisavam V. Hugo, Rui Barbosa, Eça, Junqueiro, assimilando os seus agnosticismos. A Revolução Francesa, não obstante, ainda era sintetizada e o Positivismo estava em plena voga para eles. Fazia pouco a República naquele período. A associação dos pedreiros-livres existentes em Ipiranga nos anos de 1904 a 1920 aproximadamente, tomou o sugestivo nome de Loja Maçônica “Clemência e Perseverança” e foi filiada ao Grande Oriente Médio do Brasil. Aqueles cidadãos prestantes da vila deram-lhe vida cintilante, que marcou toda uma época na pequena, mas culta comunidade urbana. Ali também fundou-se o clube social, meu pai escrevendo que o povo ressentia-se da falta de ponto de reunião, de recreação [...] (Macedo, 1987, s/p).

A esse grupo, Alcides Ribeiro Macedo denominou “Varões de Plutarco”³. O apelido dado a esses homens, formadores da elite burguesa de Ipiranga, foi cunhado com orgulho e sentimento

³ Plutarco foi um filósofo e prosador grego que escreveu cerca de 200 livros. Deles, o mais conhecido é *Vidas paralelas*, em que compilou biografias de gregos e romanos ilustres. As biografias eram escritas aos pares, de modo a estabelecer

de patriotismo. Eram professores, prefeito, fazendeiros, coletor federal e estadual, farmacêutico e comerciantes de erva-mate, que se destacavam na organização de seus interesses, comungando com os ideais progressistas da época. Segundo Lauro Macedo, filho de Alcides Ribeiro de Macedo, que fez uma releitura de sua autobiografia, reescrevendo a história da criação dos Varões de Plutarco e de seus componentes, relata-se que:

Residiam ali, nessa época uma vintena de homens ilustres, que a pena de papai (aqui se refere a Alcides R. Macedo, lavrador das atas maçônicas, contemporâneo, escreveu terem sido os seguintes, principalmente: Serafim Pinto da Silva, professor, João Dias da Costa, professor, João Ribeiro de Freitas, ervateiro, Olegário Caldeira, comerciante, Angelo Guarnieri, comerciante, Augusto Martinho Bahls, oficial do Registro Civil, seu irmão Ernesto Martinho Bahls, prefeito municipal, Polidoro Manuel Fernandes, chefe político prestigioso e prefeito municipal, substituído pelo anterior perto citado, os irmãos Jordão Manuel de Almeida, prefeito municipal antes dos demais mencionados e Felix Manuel de Almeida, delegado de polícia, Paulo de Godoy, farmacêutico, Adolfo Rocha, comerciante e ervateiro, Delfino Alves Carneiro, comerciante, João Penteado, produtor rural, Felix Lopes, idem, idem, João Pioli, comerciante, Nabor Bento de Souza Lobo, que foi posteriormente tabelião de Notas, os irmãos Izaias, Miguel e Júlio Regis de Miranda, negociantes de erva-mate, os irmãos Alcebíades e Temístocles Rocha, idem, idem, Joaquim Maia, letrado e farmacêutico, suicidou-se jogando-se numa cisterna, Egídio Braga e Clarimundo Moreira, ambos, também, comerciantes de erva-mate (Segundo o meu pai que escreveu “Esta indústria extrativa estava na época bastante florescente, constituindo a fonte econômica por excelência do município” e a quem devo todas as notas supras), José Antonio Gonçalves Junior, coletor federal, Nicolau Farah, o mais forte dos comerciantes de Ipiranga, José Volpi e Galdino de Almeida, coletor estadual, do qual me lembro com grandes barbas brancas que se emendavam a suas suíças bastas usadas naquele tempo. A esses, que papai encontrou em Ipiranga, ao chegar na nova terra que adotou definitivamente, em 1904, foi a quem deu o apelido de Varões de Plutarco (Macedo, 1987, s/p).

Os relatos históricos evidenciam que a Loja Maçônica funcionava como um ambiente de convergência para diferentes setores da sociedade ipiranguense, reunindo desde lavradores e comerciantes até políticos e funcionários públicos. Sob a liderança incontestada de Hildebrando de Araújo, os membros utilizavam seu tempo livre tanto para o lazer e a convivência com imigrantes quanto para a discussão de assuntos de grande relevância.

Essa efervescência intelectual era alimentada pela chegada semanal de periódicos de abrangência nacional e por uma vasta circulação de livros, garantindo que o grupo consumisse avidamente desde o noticiário político até obras de poetas consagrados, como Castro Alves e Olavo Bilac (Macedo, 1987).

Como se observa, os Varões de Plutarco tinham uma biblioteca de escritores modernos, romancistas e cronistas vivazes do pensamento abolicionista e republicano, ideias basilares do processo de mudança do Brasil da monarquia para a república e de sua consolidação na cultura brasileira.

comparações: Teseu e Rômulo, Licurgo e Numa, Demóstenes e Cícero, assim por diante. Dessa obra originou-se o termo "varão de Plutarco", o qual se aplica ao homem probo, cheio de serviços à pátria, e por isso comparável aos gregos e romanos biografados por Plutarco.

Figura 2: Os varões de Plutarco: comitiva da instauração do Termo Judiciário em Ipiranga e representações de homens da política ipiranguense



Fonte: Acervo particular de Ubiratan Cenovicz, setembro de 1914.

A foto acima, tirada em setembro de 1914, em frente ao fórum, no dia da instalação de Termo de Ipiranga, retrata a maioria dos membros dos Varões de Plutarco, pela ordem numérica: 1 – Dr. Claudino dos Santos, secretário do governo; 2 – Dr. Geroimo Cabral Pereira do Amaral, juiz de direito de Ponta Grossa; 3 – Gilberto Santos, 1.º Juiz de Termo de Ipiranga; 4 – Alcides Ribeiro de Macedo, 1.º promotor público; 5 – João Ribeiro de Freitas, prefeito da época; 6 – José Antonio Gonçalves Junior, coletor federal; 7 – Mathias Bianco, construtor do Grupo Escolar; 8 – Joaquim Pedro de Souza, delegado de polícia; 9 – Jorge Arbid; 10 – Manuel Antonio de Araujo; 11 – Francisco Freitas; 12 – Julio Régis de Miranda; 13 – Gumerindo Silva; 14 – Reinaldo Buhner; 15 – João Rolaiser; 16 – João Isais Buhner; 17 – Januário Lustoza Teixeira, filho do fundador de Ipiranga; 18 – Estanislau Cenovicz; 19 – João Penteado Sobrinho; 20 – Delfino Alves Carneiro; 21 – Jacob Antunes; 22 – Candido Antunes de Oliveira; 23 – Eleodoro Giovannetti Vaz; 24 – Rafur Kebs; 25 – Dr. Miguez Quadros; 26 – Eurides Bahls; 27 – Nabor Bento de Souza Lôbo, primeiro escrivão do Termo; 28 – Paulo Manuel de Godoy; 29 – Hildebrando de Souza Araujo; 30 – Rofrano Mota; 31 – Joaquim de Araujo Maia; 32 – Polidôro Manuel Fernandes, ex-prefeito; 33 – Tácito de Godoy.

Tornou-se um grupo atuante em todas as esferas da sociedade da recém-criada cidade. Conforme demonstra Barata (1999), o desejo de usufruir do auxílio mútuo praticado pela ordem, a percepção da maçonaria como um espaço de convívio e mobilidade social e o entendimento do espaço maçônico como escola de virtudes, de debate de ideias e de aprendizado do viver em coletividade eram as principais razões que levavam os homens a ingressarem na maçonaria.

Ser maçom, para certos setores da sociedade, significava uma forma de influir e de participar da estruturação do Estado brasileiro. A maçonaria, como uma instituição filosófica e filantrópica, de forma discreta, privada e de caráter secreto, foi uma das mais expressivas formas de organização política oposicionista ao absolutismo real e ao poder clerical no Brasil, no final do século XIX. A

atuação política de maçons e da maçonaria foi fundamental na constituição, divulgação e implantação do ideário do positivismo e liberalismo.

Como afirmam Morel e Souza:

[...] guardada pelo segredo, a maçonaria constitui-se em ‘poder indireto’, uma vez que se torna um local de discussão de questões de cunho político, sem, contudo, estar sob o controle e a vigência do Estado. O segredo permitia a esta instituição apresentar-se como apolítica, mesmo configurando-se como um importante agente político. Contudo a tentativa de escapar do controle do Estado não é a única explicação para uma postura revolucionária ou oposicionista da maçonaria. Ao contrário, o posicionamento dessa instituição frente aos regimes políticos variou de acordo com uma série de fatores (elementos históricos, religião, região, conjunturas) que ultrapassam o fato de constituir-se como um lugar protegido pelo segredo. Até por seu ideário de progresso, ainda que difuso, as maçonarias tendem a ser mais evolucionistas e pregar mudanças graduais (Morel; Souza, 2008, p. 44-45).

Os autores utilizam muito a expressão “as maçonarias”, e não “a maçonaria”, levando em conta que não existiu apenas uma maçonaria como centro aglutinador e atemporal, mas, sim, diversas organizações maçônicas ao longo do tempo. Eles ressaltam a importância de que se compreenda a maçonaria não de maneira isolada da sociedade, mas como uma associação presente em diferentes situações históricas, atravessada por questões de cada momento e possuidora de características próprias, oriundas tanto de divisões e contradições quanto de conquistas e inovações (Morel; Souza, 2008, p. 10).

A maçonaria espalhou-se rapidamente pela Europa e pela América, tornando-se:

[...] o lugar de encontro de homens de certa cultura com inquietações intelectuais, interessados pelo humanismo como fraternidade, acima das separações e oposições sectárias, que tantos sofrimentos haviam causado, a Reforma de uma parte e a Contra-Reforma de outra [...] uma reunião de homens que acreditam em Deus, que respeitam a moral natural e querem conhecer-se e trabalhar juntos apesar da diversidade de suas opiniões religiosas e de sua filiação a confissões ou partidos mais ou menos opostos (Benimeli; Caprile; Alberton, 1983, p. 56-57).

A fundação do primeiro grupo escolar público de Ipiranga, em 1914, deve ser compreendida dentro de uma macroestrutura política. Conforme argumenta Acioly Paz Silva (2022), nas décadas iniciais do século XX, os intelectuais maçons atuaram ativamente na formulação do pensamento político brasileiro. A defesa da educação pública e laica tornou-se um pilar estratégico dessa intelectualidade maçônica, não apenas para combater o analfabetismo, mas também para consolidar a hegemonia republicana burguesa no interior do país.

Em Ipiranga, deu-se da mesma forma. Para compreender melhor o contexto educacional em que esse vilarejo se encontrava, é importante considerar que a maçonaria se constituiu no município quando havia apenas três escolas, que funcionavam nas chamadas escolas-casas: duas eram localizadas na cidade e outra no distrito de Enxovia Velha, atualmente em Bom Jardim do Sul, município de Ivaí.

Conforme consta no Relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública, apresentado ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Bento José Lamenha Lins, em 31 de dezembro de 1905, sobre o quadro de professores da época:

Professor Serafim Pinto da Silva, professor efetivo de 1ª Classe do Município de Ipiranga, com sede da cadeira na Villa, detentor de uma cadeira masculina, com data de nomeação de 27 de janeiro de 1898, recebendo vencimentos anuais, bem como quantias para aluguel de casa escolar (Paraná, 1905, n/p).

O professor Serafim Pinto da Silva foi, provavelmente, o primeiro professor da educação pública da história de Ipiranga. A escola pública feminina, localizada na sede, era regida pela professora Valdivia Munhoz Gonçalves. Com a transferência do professor Serafim para Tibagi, em 1905, a cadeira masculina ficou vaga.

Em 1904, Alcides Ribeiro Macedo fundou uma escola particular masculina, cobrindo a lacuna deixada pela ausência de um professor alfabetizador para os meninos. Somente em 1910, um professor normalista assumiu a cadeira masculina das primeiras letras, do ensino público em Ipiranga: o jovem João Dias da Costa. Permaneceram, portanto, duas escolas para meninos, uma particular e outra pública, até 1921.

Ao analisar os membros da maçonaria em Ipiranga, nota-se que, com exceção da professora, os demais professores acima citados, fizeram parte do grupo maçônico da Loja Clemência e Perseverança, conforme a ata de constituição da maçonaria em Ipiranga.

Figuras 3 e 4: Ata de criação da Loja Maçônica Clemência e Perseverança



Loja Clemência e Perseverança nº 0.752

Ypiranga – PR.

Nova loja. - Conforme tínhamos noticiado, vem de se fundar, na villa Ipyranga, (dia 1º de junho de 1901), mais um templo da nos.ª sub.ª. Ord.ª. Estiveram presentes, idos de Ponta Grossa, os nos.ªs Il.ªs Il.ªs. Fernandes Ribas França, Manoel de Araujo Vianna, Manoel Pinheiro e Procidino Cunha, comparecendo também o resp.ª José Moreira, que ali então se achava, formando, com os Il.ªs residentes naquella localidade, uma casa com 19 pessoas. Fallaram por essa occasião os Il.ªs. José Moreira e Manoel de Araujo Vianna, cujo discurso hoje publicamos. (Obs.: não publicaram o aludido discurso.)

O nome que recebeu a nova loja foi o de - Clemencia e Perseverança, - e a Administração interina ficou assim constituída:

Ven.ª - Aristides Padilha
1º Vig.ª - Ernesto Bahls
2º Vig.ª - Clarimundo Moreira
Orad.ª - Paulo Godoy
Secr.ª - Isaias Regis de Miranda
Thez.ª - Olegario Caldeira

(Jerusalem de 13/06/1901 pág. 4.)

A Carta Constitutiva foi emitida dia 1º de agosto de 1901 (Bol 06 a 09/1.901 pág. 220.) e a Regularização deu-se no dia 26/10/1901 (Atas nº4 pág. 57 Loja 0.555.)

Dia 26 de fevereiro de 1903 é aprovado o regulamento particular da Loja (Bol GOB, 02/1903 pág. 888).

"Regularis.ª da aug.ª e resp.ª loj.ª "Clemencia e Perseverança" ao ori.ª de ipyranga. - Efetuou-se a 26 de Outubro (de 1901), a regularização d'esta Aug.ª e Resp.ª Loj.ª..

As 7 1/2 horas da noite achava-se o edificio elegantemente decorado e illuminado a giorno. Estando presente numero sufficiente de Il.ªs foi aberta a sessão pelo Resp.ª Irm.ª Ven.ª Int.ª. Aristides Padilha que mandou dar ingresso, com as formalidades do Rit.ª, a illustre comissão regular.ª, composta dos PP.ªs Il.ªs. Fernandes Ribas França, Manoel de Araujo Vianna e Henrique Tiellien, tomando estes a direcção dos trabalhos; em seguida tiveram ingresso os Irm.ªs visitantes e representações de diversas LLoj.ªs.

Depois de inaugurada a nova Loj.ª, assumiu novamente a presidência o Resp.ª Irm.ª Aristides Padilha, o qual nomeou uma comissão para fazer entrar no Templo as exmas familias - elite da sociedade Ipyranguense, - sendo convidada pelo Irm.ª Ven.ª uma das exmas. sras. presentes para fazer circular o Troco de Benf.ª, dando em seguida a palavra ao Orad.ª da Loj.ª. que leu um bem fundado discurso dissertando sobre a instituição maçônica, saudando a illustre comissão reg.ª, aos Il.ªs visitantes e as exmas. familias, sendo ao terminar, muito applaudido. Usaram mais da palavra os Resp.ªs Irm.ªs Julio Sido, Manoel Vianna e Izaias Miranda, representantes da Aug.ª e RResp.ªs LLoj.ªs Estrella de Imbituva, Amor e Caridade 2º Oriente de P. Grossa, Cardoso Junior, ao Ori.ª de Deodoro e Fraternidade Cast. ao Ori.ª de Castro, sendo cada um por sua vez alvo de entusiasticos e calorosos applausos.

Fez-se igualmente representar a Aug.ª e Resp.ª Loj.ª "Fé e Trabalho", ao Ori.ª do Rio Negro, pelo Irm.ª Paulo Godoy.

O Irm.ª Ven.ª externou em poucas palavras o sentimento de gratidão aos PPod.ªs Il.ªs da comissão regularizadora, aos Il.ªs representantes das diversas LLoj.ªs e as exmas. familias em nome da Loj.ª Clemencia e Perseverança.

Findas as cerimoniaes do acto foi offerecido um profuso copo d'agua as pessoas presentes, seguindo-se d'ali para o Club Litterario Ipyranguense onde animada soirée prolongou-se até as 3 horas da manhã. Assim passou-se a festa da regularização da Aug.ª e Resp.ª Loj.ª Clemencia e Perseverança, deixando grata impressão nos corações das pessoas que a ella assistiram.

(O "Jerusalem", Ano IV, nº 88, dia 05/12/1901, pág. 4)



Secret.ª da Aug.ª e Resp.ª Loj.ªs. Cap.ª
"CLEMENCIA e PERSEVERANÇA" do Rit.ª Esc.ª ao Ori.ª do Ypiranga.

Em 1912, já encontramos este Timbre em seus papeis.

Decreto nº 619, de 26/05/1919, galardoou a Loja com o Título de Benemerita da Ordem (Bol GOB 1919 pág. 416).

Esteve ativa até final de 1923, o que confirmamos em correspondências emitidas.

Fundadores.

Participaram desta Loja que conseguimos confirmar.

Transcrito da Coleção "A Maçonaria no Paraná" - vol 1 pág. 313 a 315.

Participantes da Loja Clemência e Perseverança nº 0.752 - Confirmados.

Albino Koenig
Alcebiades Rocha
Alcides Ribeiro de Macedo
Alexandrino P. do Amaral
Angelo Guarnery
Antonio Constantino de Oliveira
Aristides Padilha
Arthur B. Peixoto
Arthur Ferreira Pupo
Augusto Frederico Bahls
Bento José de Quadros
Bernardo Apetz
Candido Antunes de Oliveira
Clarimundo Gonçalves Moreira
Constantino Mosca
Diogo Caetano Pinheiro
Edmundo Alberto Mercer
Emilio Wagnitz
Ermelino Bahls
Ernesto Ignacio de Camargo
Ernesto Martinho Bahls
Estanislau Cenovicz
Eurides Bahls
Gabriel Luiz P. de Mattos
Gumerindo Ferreira
Gustavo de Quadros
Hildebrando Cesar de Souza Araujo
Ildelfonso Correia de Castilho
Isaias Regis de Miranda
João A. Araujo
João Angelo Garabelli
João Baptista Garabelli
João Dias da Rocha
João Gonçalves de Araujo
João Pedro da Rocha
João Pereira Cardoso Thompson
João Puglia Netto
João Ranulpho da Fonseca
João Raymundo Cominesi
João Ribeiro de Freitas
João Stremberg
Joaquim de Araujo Maia
Joaquim Domingos Teixeira
Joaquim F. Duarte
Joaquim Taborda Ribas
Jorge Milhelm Nasser
José Alvim de Messias
José Antonio Gonçalves Junior
José Garabelli
José Moreira de Freitas
José Volpi
Julio Reginaldo de Miranda
Luiz Barbosa de Sá Bitencourt
Maximiano Gomes da Silveira
Miguel Sabbaga
Nabor Bento de Souza Lobo
Nazareno Pioli
Olegario Caldeira
Paulo de Godoy
Pedro Valentim Calderari
Peregrino Cyro de Almeida
Sergio Pulo Ferreira
Signorini Giovani
Signorini Paschoal
Themistocles Rocha
Virgilio Requião

Fonte: Boletim do Grande Oriente do Brazil, 1871.

A maçonaria tinha um posicionamento forte em relação à educação e ao processo de escolarização da instrução pública elementar, com fundamentos na laicidade e na gratuidade para

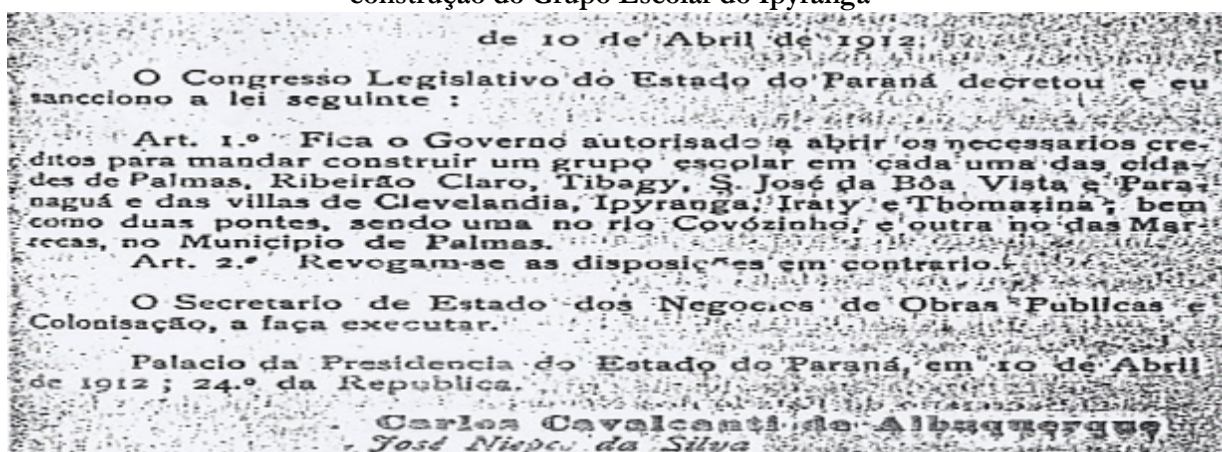
a classe trabalhadora. Além disso, ressaltava a importância da qualificação do professor público no domínio do conhecimento positivado.

O grupo maçônico foi importante para a propagação da consolidação da República em Ipiranga, na formação de um povo patriota, com valores cívicos e no “Culto das Ciências” para a evolução da cidade. Realizou viagens em comitiva a Curitiba, capital do Estado, com o intuito de trazer o progresso a Ipiranga, por meio de melhorias públicas e construções de prédios, como o fórum e o grupo escolar para a cidade.

Sendo assim, em 1912, o governo estadual de Carlos Cavalcanti de Albuquerque decretou a construção de prédios para abrigar os grupos escolares em diversas cidades do interior paranaense. A Lei n.º 1.178, de 10 de abril de 1912, deparava-se com a difícil realidade dos espaços escolares, muitas vezes impróprios para lecionar e abrigar as crianças, com falta de higiene e, principalmente, com a ausência de espaços próprios que separassem as casas da escola.

A partir desses pressupostos compreende-se a ação do governo Carlos Cavalcanti, que fez um projeto para a construção de Casas Escolares em vários municípios sendo que, um dos beneficiados foi Ipiranga. Em 1912, com a alta produção e venda da erva-mate, foi possível obter verbas para iniciar as obras do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos (Lavalle, 1996, p. 49).

Figura 4: A Lei n.º 1178, do Congresso Legislativo Estadual, de 10 de abril de 1912, decretou a construção do Grupo Escolar do Ipiranga



Fonte: Arquivo Público do Paraná, 1913.

A construção do prédio do grupo escolar foi uma conquista importante para Ipiranga e, principalmente, para o grupo político maçônico da época, sob forte liderança do prefeito João Ribeiro da Fonseca e do influente Hildebrando de Araújo, impulsionando, mais tarde, seu pleito como deputado estadual. “A imponência do prédio, assim como sua localização na rua principal, não apenas foram elementos importantes na época de sua construção, mas mantiveram-se marcantes por toda a existência como prédio escolar do Grupo Claudino” (Denck, 2014, p. 26).

A elite de Ipiranga, materializada na organização social dos Varões de Plutarco, organizava estratégias para se manter no poder, consolidar o modo de produção capitalista e convencer a classe trabalhadora de que a exploração do trabalho era uma condição imutável. Assim, a escola teve “[...] a função estratégica de transmissora das formas de justificação da divisão do trabalho vigente e de persuasão à aceitação da condição de exploração das classes dominadas” (Xavier, 1980, p. 123).

A implantação da escola primária pelos maçons em Ipiranga foi justificada sob a égide do “progresso civilizatório”, diante de uma sociedade ainda rudimentar. Essa retórica alinha-se às constatações de Silva e Bontempi Júnior (2018) sobre a atuação das lojas maçônicas paulistas. Os autores apontam que a elite maçônica construía para si uma autoimagem de vanguarda iluminista, cuja missão era resgatar a população da ignorância por meio da instrução. Contudo, sob a ótica do materialismo histórico, essa dita missão civilizatória servia, na realidade, para legitimar a posição de dominação dessa mesma elite sobre as classes dominadas, tutelando-as para o ciclo econômico ervateiro.

A escola pública, no projeto republicano de educação em Ipiranga, foi estruturada conforme os interesses da classe dominante, nos moldes da reprodução capitalista. Essa forma de implantação da educação estatal é fortemente rechaçada pelo pensamento de Marx e Engels. Os autores não admitiam a interferência ideológica do Estado — atuando como “educador do povo” —, defendendo que a sua atuação deveria se limitar exclusivamente ao provimento de subsídios financeiros e à fiscalização legal para a manutenção das escolas, sem determinar o conteúdo do ensino:

Isso de educação popular a cargo do Estado é completamente inadmissível. Uma coisa é determinar, por meio de uma lei geral, os recursos para as escolas públicas, as condições de capacitação do pessoal docente; as matérias de ensino etc. e velar pelo cumprimento destas prescrições legais mediante inspetores do Estado [...], e outra coisa completamente diferente é designar o Estado como educador do povo! (Marx; Engels, 2011, p. 130-131, grifo nosso).

A escola pública e gratuita para todos não pode estar comprometida com os interesses políticos ou ideologias religiosas do Estado ou da Igreja: “[...] o que deveria ser feito é subtrair a escola de toda influência por parte do governo e da igreja”, enfatizam Marx e Engels (2011, p. 130).

Evidência disso são as contradições presentes na criação do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos. Observava-se uma escola pública servindo majoritariamente aos filhos da burguesia local, em contraste com a dificuldade de acesso e a grande distância que impediam a matrícula dos filhos dos trabalhadores rurais. Além disso, a instituição adotava um currículo que supervalorizava os mitos e as datas comemorativas, promovendo uma racionalização do conhecimento voltada a forjar o sentimento de civismo e patriotismo. Essa estrutura pedagógica atuava, portanto, como reprodutora da condição de subalternidade, garantindo a aceitação da exploração do trabalho da classe trabalhadora sob a égide do lema positivista de ordem e progresso.

O seu sucesso enquanto aparelho ideológico está justamente na sua capacidade de dissimular as suas verdadeiras funções e aparentar independência em relação às condições contextuais a que serve. [...] Ao invés de denunciar as injustiças dessa ordem e evidenciar os obstáculos que impõe à promoção do homem, atribui-os todos à própria escola, em especial à tradicional, e proclama a nova escola como instrumento de equalização de oportunidades e, portanto, de justiça social. [...] As desigualdades sociais passam assim a ser interpretadas como desigualdade de oportunidades educacionais, que é o que se propõe superar a nova escola (Xavier, 1980, p. 124).

O currículo voltado à exaltação do patriotismo e do civismo no Grupo Escolar de Ipiranga alinha-se ao ideário descrito por Arriada e Tambara (2018). Para esses autores, a maçonaria concebia a escola pública laica como um instrumento central de moralização e disciplinamento. Ao substituir o monopólio religioso pela educação estatal, a elite maçônica ipiranguense utilizou as

datas comemorativas e os mitos nacionais para forjar um trabalhador ordeiro e submisso, garantindo a reprodução da ordem capitalista.

A criação do grupo escolar Dr. Claudino dos Santos foi a expressão do progresso e marcou a entrada da cidade na ideia de nação. Todos os elementos necessários à ascendência ideológica liberal estavam presentes, desde sua arquitetura e localização até as propostas pedagógicas.

O fato de o município de Ipiranga não possuir uma forte liderança católica nesse período inicial favoreceu a implantação do projeto educacional maçônico. Como observam Arriada e Tambara (2018), a maçonaria articulava a criação de escolas laicas como uma estratégia direta de enfrentamento ao poder clerical, visando assumir o controle da formação ideológica da sociedade. A fundação do Grupo Escolar, em 1914, demonstra o sucesso dessa empreitada, consolidando a hegemonia da burguesia maçônica antes mesmo de uma ofensiva religiosa na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma fonte documental fundamental desvelada por esta pesquisa foi a Ata de Criação do Grupo da Maçonaria em Ipiranga, datada do início do século XX, instituição que perdurou até meados da década de 1920. No documento, constavam os nomes de personagens históricos responsáveis por grandes feitos locais, a exemplo do deputado estadual Hildebrando de Araújo — genro do Major Vicente de Castro —, grande comerciante ervateiro e figura catalisadora da maçonaria ipiranguense. A autobiografia de Alcides Ribeiro Macedo referenda a importância de Hildebrando tanto na mobilização para a criação da escola pública quanto nas oratórias, leituras e discussões de pensadores positivistas e progressistas durante os encontros maçônicos.

A pesquisa defende, portanto, que o pensamento progressista veiculado nessas reuniões possuía matizes liberais e foi fruto das contradições históricas inerentes ao modo de produção capitalista em expansão em Ipiranga. Foram essas forças que levaram à criação do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, em 1914. Este estudo permite aos historiadores da educação compreender a relação entre a maçonaria e a construção de escolas públicas em cidades interioranas e de costumes conservadores.

À luz do materialismo histórico, compreende-se que as pessoas, ao produzirem seus meios de sobrevivência, constroem também sua forma de consciência, ou seja, os valores e as crenças acerca do mundo. Grupos sociais atuantes na época, como os “Varões de Plutarco”, são frutos dessa vida material e indispensáveis às ações sociais dos indivíduos; eles não possuem existência descolada da realidade e, por isso, precisam ser captados na totalidade das relações de sua estrutura e conjuntura histórica.

A atuação desse grupo, mesmo em sua curta existência, marcou a pequena cidade não apenas nos aspectos literários e sociais, mas também na política e na economia. Foi responsável por impulsionar a efervescência cultural vivida nas primeiras décadas do século XX: a fundação de jornais, folhetins e peças teatrais; a formação da banda “A Furiosa”; a criação da Casa de Teatro Maria Dolores e do Fórum; a chegada do cinema — antecedendo até mesmo a instalação da luz elétrica, que ocorreria logo em seguida —; e, culminando no âmbito educacional, a fundação do Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos. Diante do progresso e do posicionamento da maçonaria em prol do ensino público e obrigatório, é crucial desvelar que essa luta contra o analfabetismo consistia, fundamentalmente, em uma estratégia para produzir trabalhadores adaptados aos modernos processos de produção.

Para a instituição maçônica, a educação era o “factor mais importante e eficaz para estabelecer a fraternidade entre os homens” (O Templário, 15/02/1928, p. 1). Ao estimular as

diferenças individuais, a escola deveria habilitar a população para assumir os distintos papéis exigidos pela emergente sociedade capitalista, propagando o lema de “ordem e progresso” nas camadas laborais e colocando cada sujeito em seu devido lugar na engrenagem social.

Ao incorporar discursos de vanguarda que sustentavam a modernidade educativa, os maçons passaram a se identificar com os princípios do positivismo, assumindo a premissa de que a solução para os problemas da nação estava vinculada ao acesso à escolarização. No entanto, ressalta-se que, para esse grupo, a superação das mazelas sociais não passava por mudanças estruturais. A hierarquia social era vista como algo natural; o papel de cada indivíduo, quando aceito, efetivaria uma sociedade tutelada por aqueles que se julgavam capazes de conduzir os destinos do progresso. Assim, a maçonaria identificava-se com os interesses das elites em ascensão, absorvendo de forma aparente certos anseios das classes dominadas. Existindo a ordem social inquestionável, o resultado natural seria o progresso — uma lógica almejada por liberais e republicanos desde o século XIX, eternizada, como lembra Amaral (2005), na própria bandeira nacional brasileira.

REFERÊNCIAS

- ACIOLY PAZ SILVA, Augusto César. A maçonaria, intelectuais e pensamento político nas décadas iniciais do século XX. *REHMLAC+*, San Pedro, v. 14, n. 1, p. 60-72, 2022. DOI: 10.15517/rehmlac+.v14i1.48565. Disponível em: http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1659-42232022000100060&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 maio 2025.
- AMARAL, Giana Lange do. *O Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: uma face da história da educação em Pelotas*. 2. ed. Pelotas: Seiva Publicações, 2005.
- ARRIADA, Eduardo; TAMBARA, Elomar. Maçonaria e educação: poucos, mas bons. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 439-459, maio/ago. 2018. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-78062018000200439&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 mar. 2026.
- BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a Ação da Maçonaria Brasileira (1870-1910)*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.
- BENIMELI, José Antonio Ferrer; CAPRILE, Giovanni; ALBERTON, Valério. *Maçonaria e Igreja Católica: ontem, hoje e amanhã*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1983.
- BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRAZIL. *Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira*. Ano 1, n. 1, dez. 1871.
- CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. 1. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.
- DENCK, Nayane Sikoski. *O grupo escolar Dr. Claudino dos Santos: sua arquitetura, seu significado e resignificação*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2014.
- LAVALLE, Aída Mansani. *Germânia - Guaíra: um século de sociedade na memória de Ponta Grossa*. Ponta Grossa: Centro de Publicações UEPG, 1996. 373 p.
- MACEDO, Lauro. *Diário de histórias reais de Alcides Ribeiro Macedo e Lauro Macedo*. Manuscrito. Acervo pessoal da família Macedo. Curitiba, 1987.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos sobre educação e ensino*. Campinas: Navegando, 2011.
- MOREL, Marco; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *O poder da maçonaria: a história de uma sociedade secreta no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

O TEMPLÁRIO. *Órgão das Lojas Unidas*. “Honra e humanidade, Rio Branco e Lealdade”. Pelotas, RS, 1920-1935.

PARANÁ. *Relatório do Secretário d’Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização* – Bento José Lamenha Lins. Curitiba: Impressora Paranaense, 1905.

PLUTARCO. *Vidas Paralelas*. Tradução de Hélio Veiga. Rio de Janeiro: Prestígio Editorial, 2002.

SILVA, Ivanilson Bezerra da; BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. Elite maçônica e as escolas da Loja Sete de Setembro na revista *A Maçonaria no Estado de São Paulo* (1912-1932). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 18, e039, 2018. DOI: 10.4025/rbhe.v18.2018.e039. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v18.2018.e039>. Acesso em: 10 maio 2025.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. *Poder político e educação de elite*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1980.

Submetido em abril 2026
Aprovado em maio de 2026

Informações das autoras

Luciana Nair Moretto
Universidade Estadual de Ponta Grossa
E-mail: luciana.moretto@escola.pr.gov.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2001-4373>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4895205436399966>

Vera Lucia Martiniak
Universidade Estadual de Ponta Grossa
E-mail: vlmartiniak@uepg.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3092-9817>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2586663143728140>